



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 956 /2000

“Autoriza concessão de título de propriedade de imóveis urbanos e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, Minas Gerais, por seus Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder título de propriedade de imóveis urbanos aos munícipes que detenham a posse de área não superior a 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) nos limites do município, pelo valor apurado.

§ 1º - Para apuração dos valores devidos serão tomados por base os seguintes valores:

- a) Para imóveis localizados nas áreas regularmente urbanizadas e atendidas por água, luz, telefone, rede de esgoto e calçamento e classificadas como área nobre, o valor venal será de R\$15,00 por metro quadrado;
- b) Para imóveis localizados nas áreas regularmente urbanizadas por água, luz, telefone, rede de esgoto e calçamento e classificadas como área intermediária, o valor venal será de R\$8,00 por metro quadrado;
- c) Para imóveis classificados como de periferia, o valor venal será de R\$3,00 por metro quadrado;

§ 2º - Os imóveis ocupados por aqueles cuja renda familiar seja inferior a duas vezes o salário mínimo, para cumprimento do disposto no caput, (concessão de título de propriedade) são isentos dos impostos e taxas referentes à transmissão.

Art. 2º - Não poderá ser agraciado com o título de propriedade de imóvel a que se refere o art. 1º, aquele que for proprietário ou possuidor de outro imóvel.

Art. 3º - Os possuidores de imóveis no bairro Honorato, detentores de “título de posse definitiva” expedidos pela Prefeitura Municipal de Lajinha, no ano de 1.992, desde que edificadas até o dia 31 de dezembro de 1.999, terão o título de propriedade de



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

imóvel expedidos, isentos do recolhimento do valor determinado no anexo I, sujeitos apenas ao recolhimento de impostos e taxas regulares à transmissão “inter vivos”.

Art. 4º - O título de propriedade de imóvel deverá ser expedido pelo chefe do Poder Executivo Municipal em conjunto com o Secretário da Fazenda e servirá para registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lajinha.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE
JUNHO DO ANO DOIS MIL. (28-06-2000)

Ver. JOAQUIM JUSTO RIBEIRO

Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 30-06-2000, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes

At. Legislativo